

Acordo adia a votação sobre salário mínimo

BRASÍLIA - O Governo promete aos partidos de oposição reajustes trimestrais atrelados a três salários mínimos, mediante um índice prefixado pelo Ministério da Economia e reposição da diferença entre esse índice e a inflação do período a cada 4 meses. Com essa proposta, não há mais um acordo com todos os líderes partidários, os líderes do Governo, a Câmara, deputado Humberto Souto (PPFL/MG), conseguindo acordo para adiar a votação em plenário sobre política salarial e de correção do salário mínimo.

A votação estava marcada para antes de os partidos de oposição serem chamados ao plenário. Mas, com a nova contraproposta do Governo, os líderes aceitaram uma nova proposta de acordo com os partidos de oposição, no âmbito do Ministério da Economia e reposição da diferença (resíduo) no trimestre. Além disso, as oposições defendem um ganho real de 5% no trimestre para o salário mínimo.

CORREÇÃO

Os partidos de oposição aceitaram a correção automática a partir de três salários mínimos. Os líderes querem porém, correção mensal, que se reflete no resíduo do trimestre e um ganho de 5% a cada vez que o INPC atingir 15% no trimestre. O governo promete um acordo com todos os partidos de oposição e reposição do resíduo a cada quatro meses, de acordo com o previsto nos líderes do PDS, deputado Victor Faccioni (RS), e do PTB, deputado Gestone Righi (SP). Humberto Souto reconhece, no entanto, que o Executivo não aceita aumentar o valor do salário mínimo além de Cr\$ 4 mil e 800, de acordo com o previsto no mínimo de Cr\$ 4 mil e 500, com um ganho real de 3% para o salário mínimo, mas o PT, PDT, PCH e PSB, ainda defendem o mínimo de Cr\$ 4 mil e 800, com um ganho real de 5%, até que haja

estivamente um acordo fechado.

Humberto Souto tentou, para apresentar na última hora, uma nova contraproposta do Executivo. Gestone Righi e Victor Faccioni propuseram uma opção alternativa entre a correção mensal da oposição e a bimensal do Governo, uma atualização mensal em forma de abono (sem acorçar o salário). Essa opção seria uma proposta a ser negociada, independente de acordo com os partidos de oposição, em plenário.

Generálio Correa disse que, se não houver acordo as oposições irão a plenário defender suas propostas originais. O fato de os partidos cederem em muitos pontos para as propostas do Governo, explicou, é uma tentativa de acordo para um projeto substitutivo que garanta a sanção do presidente Fernando Collor. De contrário, esses partidos vão decidir no voto, pelas suas propostas originais.

BC eleva taxa de juros para 24,9%

BRASÍLIA - O Banco Central elevou os juros básicos de empréstimo para 24,9% a partir das 10h30 desta terça-feira. A taxa de juros básica de empréstimo para o mês de setembro do ano passado foi de 19,9%. Descontando-se o índice de inflação de 20% do último dia de agosto a taxa de juros ficou em 24,9% o rendimento do mês para de 19,9%. Descontando-se o índice de inflação de 20% do último dia de agosto a taxa de juros ficou em 24,9% o rendimento do mês para de 19,9%. Descontando-se o índice de inflação de 20% do último dia de agosto a taxa de juros ficou em 24,9% o rendimento do mês para de 19,9%.

Partido leva cesta básica ao plenário

BRASÍLIA - A Cesta Básica do PT tentou levar um projeto ao plenário da Câmara dos Deputados, três carrinhos com produtos da cesta básica, que simbolizavam o baixo poder de compra do salário mínimo. A mesa diretora da Câmara, ao notar os deslizes dos carrinhos, pediu para tirar a cesta básica do plenário. A mesa diretora da Câmara, ao notar os deslizes dos carrinhos, pediu para tirar a cesta básica do plenário. A mesa diretora da Câmara, ao notar os deslizes dos carrinhos, pediu para tirar a cesta básica do plenário.

Informe Econômico

O pior cenário possível para a questão da lei salarial em votação no Congresso Nacional, é o seguinte:

1. O Congresso, para impor uma derrota ao presidente Collor, aprova uma lei largamente generosa, com indexação salarial plena, aumento real, recuperação de perdas e forte elevação do salário mínimo.
2. O presidente Collor vetoa a lei, quase obrigatoriamente. Primeiro, porque já disse ser contra a indexação. Segundo, porque a indexação plena provoca um aumento muito maior do que o esperado. Ou seja, ele acha que os empresários não repassarão para os preços os reajustes salariais impostos pela lei.
3. A lei vetada volta ao Congresso, num quadro de evidente conflito com o Presidente.
4. Se esse processo demora um pouco, o País fica com lei salarial na data-base (setembro), ou outro, de importantes categorias.
5. Se o Congresso derruba o veto presidencial (os parlamentares de braços cruzados, cantando o Hino Nacional), teremos um Presidente devotado, uma alta de inflação certa, a necessidade de um pacote para segurar essa alta.

Na ocasião, abordando para o ministro Marília Marques Moreira:

O melhor cenário?

Um entendimento entre Congresso e Executivo, de modo a se obter uma lei salarial que aumente perdas dos trabalhadores, mas sem provocar estragos demais, idênticos a uma inflação já estragada.

De e fiz isso em muitos países.

Egberto Baptista assume "emendação"

BRASÍLIA - O secretário de Desenvolvimento Regional (SDR), Egberto Baptista, assumiu ontem o comando das negociações sobre a proposta de alteração da Constituição quanto aos poderes do governador do Estado de Mato Grosso do Sul, após a renúncia de Roberto Passarinho, que é o coordenador político do Governo. A partir de hoje, Egberto assumirá essas atividades, na área de desenvolvimento regional. "Parabéns pelo trabalho desenvolvido até aqui", afirmou Collor.

COLUNA LUIS NASSIF

O inferno astral de Collor

É inevitável. Ao fracasso do anúncio de "emendação" segue-se ampla gama de boatos sobre as alternativas de que o Governo dispõe para combater esse acúmulo de expectativas. Ontem o Banco Central deu mais uma estilingada no juro, com a elevação de 16%. Elevações de taxas que a gradativa desestabilizam a formação de expectativas e insensibilizam o mercado. O salto audacioso colocamos termine na inflação, principalmente porque a economia de outros momentos, o estado de fúria de artifício de que o Governo dispõe em vão, justamente por isto nunca se viu uma deterioração tão rápida no quadro econômico como nestes cinco dias que se sucederam ao anúncio de "emendação".

A atual conjuntura conseguiu o feito hercúleo de manter em pé por 16 meses o castelo de cartas erguidas pela antiga sempre. Mas no momento, como no quadro, as moedas não duram muito.

CONJUNTURA
Visto o cenário para trás, que é sempre mais fácil, verifica-se que o pior momento para a atividade econômica foi março e abril. Estava no chão. Foi também o período em que os salários estiveram mais deteriorados.

De lá para cá verificamos uma recuperação, de economia e dos salários.

BOA NOTÍCIA?
Ainda não, porque continuamos vivendo no ciclo perverso de recessão e crescimento com inflação. Assim, o País continua crescendo, agente fica esperando a trombada alva na frente.

Existi crescimento sem inflação alta?

Existi. E muito. Suécia, Alemanha, Japão, Coreia, Espanha.

EFEITO ORLOFF
AINDA VALE?
Do empresário Roberto Teixeira de Costa, presidente da Brasilpar Serviços Financeiros e conselheiro de mais de uma dezena de grandes companhias abertas.

"Pouco gente percebeu, mas a Argentina está chegando ao final do seu processo de reforma estrutural e os empresários locais vivem um momento de grande expectativa, com relação ao ano que vem, quando, ele acham, deverão começar a colher os frutos da estabilização. Será que não sentido positivo o efeito Orloff não vale?"

VENDENDO
O comércio varejista da região metropolitana está animado. As vendas aumentaram 48% em julho, em relação ao mês anterior. O melhor desempenho. Materiais de construção, com vendas subindo 32,9%. O pior, roupas, queda de 25,9%.

Dados da Federação do Comércio Varejista do Paraná.

DIGA NÃO AS DROGAS

Após Distrito de Curitiba

"A manutenção não é uma situação", ponderou ontem Egberto Baptista, prometendo convocar o primeiro seminário do País sobre o tema. "Nécessária, nécessária, nécessária", afirmou Collor.

Essa discussão financeira continua com o Ministério da Economia, comentando. Admito, entretanto, que seja discutida com os empresários e com a população. "E os empresários e com a população", comentou Egberto. Alguns setores apontam o Caixa Econômico Federal (CEF) para o Banco do Brasil. Paralelo às suas propostas existe uma alternativa, porém caso contrário, o Governo estaria radicalizando", afirmou Baptista.

O secretário de desenvolvimento regional, Egberto Baptista, assumiu ontem o comando das negociações sobre a proposta de alteração da Constituição quanto aos poderes do governador do Estado de Mato Grosso do Sul, após a renúncia de Roberto Passarinho, que é o coordenador político do Governo.

CARLOS ALBERTO SARDEENBERG, com Sucessos - AJB